

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

CNPJ: 35.076.079/0001-19

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023 (reapresentado)
Receita operacional líquida	14	989.010	1.273.603
Custos dos serviços prestados	15	(602.444)	(627.679)
Lucro bruto		386.566	645.924
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(304.425)	(454.321)
		(304.425)	(454.321)
Resultado operacional antes das receitas financeiras, líquidas		82.141	191.603
Receitas financeiras		30.074	6.268
Despesas financeiras	16	(1.295.179)	(1.491.229)
Resultado financeiro líquido		(1.265.105)	(1.484.961)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(1.182.964)	(1.293.358)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica			
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	17	-	-
Imposto de Renda - corrente	17	-	-
		-	-
Prejuízo do exercício		(1.182.964)	(1.293.358)
Resultado por ações		(0,16)	(0,23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

CNPJ: 35.076.079/0001-19

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)

	2024	2023 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	<u>(1.182.964)</u>	<u>(1.293.358)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(1.182.964)</u></u>	<u><u>(1.293.358)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

CNPJ: 35.076.079/0001-19

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022, como previamente divulgado	3.778.000	(2.100)	1.913.797	(2.070.147)	3.619.550
Impacto da retificação de erros	-	-	-	169.467	169.467
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	3.778.000	(2.100)	1.913.797	(1.900.680)	3.789.017
Aumento de capital	1.952.854	(39.057)	(1.913.797)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.293.358)	(1.293.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	5.730.854	(41.157)	-	(3.194.038)	2.495.659
Aumento de capital	1.850.719	-	-	-	1.850.719
Integralização de capital	-	41.157	-	-	41.157
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.182.964)	(1.182.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.581.573	-	-	(4.377.002)	3.204.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

CNPJ: 35.076.079/0001-19

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)

	2024	2023 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(1.182.964)	(1.293.358)
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	398.991	406.535
Baixa de imobilizado líquido	220.670	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.241.883	1.267.403
Amortização direito de uso	3.110	2.591
Juros sobre arrendamentos	30.649	26.076
	712.339	409.247
Redução/(aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	75.617	37.961
Impostos a recuperar	(709)	(1.653)
Outros realizáveis	(9.346)	14.739
	65.562	51.047
(Redução)/aumento nos passivos operacionais		
Fornecedores	(282.482)	(101.404)
Impostos e contribuições	(182)	(37.866)
	(282.664)	(139.270)
Pagamento de juros sobre contratos de arrendamento	(30.649)	(26.074)
Pagamento Juros empréstimos e financiamentos	(809.666)	(829.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(345.078)	(534.647)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	-	(17.805)
Aplicações financeiras	4.749.761	2.353.228
Resgate de aplicações financeiras	(5.046.824)	(2.491.922)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(297.063)	(156.499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	1.891.876	-
Mútuo recebidos de partes relacionadas	(2.910.336)	(638.993)
Mútuo pagos com partes relacionadas	3.090.794	1.891.872
Pagamentos principal contratos de arrendamento	(1)	-
Pagamento Principal empréstimos e financiamentos	(1.429.616)	(561.775)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	642.717	691.104
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	576	(42)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	243	285
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	819	243
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	576	(42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Nova União Energia S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede e foro na Fazenda Morro Redondo, S/N, Zona Rural, Nova União, Minas Gerais, CEP: 38.990-000. A companhia tem como objetivo social:

- a. A construção e operação de sistema de produção e transmissão de energia elétrica, resultante do aproveitamento do Rio Vermelho, localizado no Município de Nova União, na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio das Velhas, nas coordenadas aproximadas de 19° 40'31.18" S de latitude e 43° 36'31.82" O de longitude, no Estado de Minas Gerais. A capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de 1,5 MWH;
- b. O aluguel e arrendamento operacional, de curta ou longa duração, de bens móveis e imóveis, máquinas e equipamentos elétricos ou não, sem operador, instalados na central geradora hidrelétrica Nova União Energia S.A.;
- c. Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo na operação e manutenção de centrais geradoras hidrelétricas.

A Companhia foi constituída em 03 de outubro de 2019 e está em fase operacional. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“*Going Concern*”) dos negócios da Companhia, uma vez que a Diretoria tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos seus sócios de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

A Companhia iniciou o primeiro faturamento em Maio de 2023. É possível observar que desde então tem demonstrado bons índices de geração, principalmente quando comparado ao período anterior, pois quando existe um plano de crescimento natural dos projetos. Contudo, além deste crescimento operacional, existe também um plano para alocação de consumidores de energia. A companhia contém um estoque de energia a comercializar aproximadamente 707.282mWh em dezembro de 2024, decorrente da geração excedente ocorrida no período chuvoso no final do exercício de 2024. A empresa já está em processo de captação de novos clientes, de forma que esse saldo poderá ser faturado gradualmente ao longo do próximo ano. Além disso, a conexão definitiva da usina está prevista para o final 2025, fazendo com que a capacidade de injeção de energia junto a distribuidora atinja a capacidade completa da CGH, melhorando a qualidade da linha de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada em reunião da Diretoria em 26 de agosto de 2025.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as políticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- (i) Ao custo amortizado;
- (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alto índice de liquidez e vencimentos não superiores a três meses, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, de forma que não há perda relevante de valor em caso de resgate antecipado. Os investimentos financeiros são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de estimativa para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são empréstimos e financiamentos e fornecedores.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

▪ Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil a utilização de “*hedge accounting*”.

▪ Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos.

3.4. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

3.5. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhuma contingência cuja probabilidade de perda seja provável ou possível, não sendo necessário o reconhecimento de provisão ou divulgação adicional.

3.7. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Diretoria anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Reconhecimento de Receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas referem-se a aluguéis para operadores de usinas e estruturas para geração e distribuição de energia elétrica.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados com base no valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais por meio do regime do Lucro Real. O cálculo do Imposto de Renda é realizado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Na Companhia, os valores são calculados utilizando as alíquotas regulares de 15%, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social.

A Diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da diretoria e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente.

Os Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11:** Imobilizado (valores residuais, estimativa da vida útil e valor recuperável).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 R2 - Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse *factoring*, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)** - Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2026;
- c) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2026;

- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Diretoria. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações** - Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4.2. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO).

A Entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e concluiu que essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Reapresentação das cifras de 2023 e 2022 apresentadas de forma comparativa

Ao longo do exercício de 2024, foram identificados alguns ajustes referentes a período anteriores, os quais estão refletidos nas demonstrações comparativas.

	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balço patrimonial			
Ativo			
Circulante (a)	329.349	(251.836)	77.513
Não circulante (b) (e)	12.293.804	839.100	13.132.904
Total do ativo	12.623.153	587.264	13.210.417
Passivo e patrimônio Líquido			
Circulante (c) (d) (e)	826.779	8.935.397	9.762.176
Não circulante (c) (d) (e)	9.673.425	(8.720.843)	952.582
Patrimônio líquido (b)	2.122.949	372.710	2.495.659
Total do passivo e patrimônio líquido	12.623.153	587.264	13.210.417
	31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balço patrimonial			
Ativo			
Circulante	128.601	1	128.602
Não Circulante (b) (e)	13.448.158	483.127	13.931.285
Total do ativo	13.576.759	483.128	14.059.887
Passivo e patrimônio Líquido			
Circulante (e)	1.054.463	72.106	1.126.569
Não circulante (b) (e)	8.902.746	241.555	9.144.301
Patrimônio líquido (b)	3.619.550	169.467	3.789.017
Total do passivo e patrimônio líquido	13.576.759	483.128	14.059.887
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração de resultado			
Receita operacional líquida	1.273.603	-	1.273.603
Custos dos serviços prestados (b)	(646.163)	18.484	(627.679)
Despesas operacionais (e)	(421.357)	(32.964)	(454.321)
Resultados financeiros (b)	(1.702.684)	217.723	(1.484.961)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(1.496.601)	203.243	(1.293.358)
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa método indireto			
Fluxo de caixa operacional	(1.344.136)	809.489	(534.647)
Fluxo de caixa de investimentos	-	(156.499)	(156.499)
Fluxo de caixa de financiamento	1.485.855	(794.751)	691.104
Aumento ou redução de Caixa	141.719	(141.761)	(42)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia reclassificou para o ativo não circulante o saldo de aplicações financeiras que são destinadas ao pagamento de empréstimos e financiamentos;
- (b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia realizou o recálculo dos juros capitalizados para construção do ativo imobilizado, bem como realizou o ajuste do cálculo da depreciação dos referidos bens;

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo entre partes relacionadas foram apresentadas em base líquida, independente das contrapartes. A reapresentação ser fez necessário para divulgar o saldo de ativos e passivos entre partes relacionadas levando em consideração a operação e contrapartes de cada objeto;
- (d) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não cumpriu as clausuras de *covenants* presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, dessa forma, por exigência, os saldos foram reclassificados para o passivo circulante;
- (e) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia reconheceu os contratos de arrendamentos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos pode ser assim demonstrada:

	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
Caixa (fundo fixo)	-	-	-
Bancos conta movimento	819	243	285
	<u>819</u>	<u>243</u>	<u>285</u>

7. Contas a receber de clientes

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
Consórcio Nova União	-	75.617	113.578
	<u>-</u>	<u>75.617</u>	<u>113.578</u>

Uso de estimativas

Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou o reconhecimento da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa em decorrência dos valores a receber estarem representados em sua totalidade por partes relacionadas.

8. Aplicações financeiras

A composição dos saldos pode ser assim demonstrada:

	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
Aplicações financeiras	435.757	138.694	-
	<u>435.757</u>	<u>138.694</u>	<u>-</u>

- (i) As aplicações financeiras automáticas referem-se a caixa restrito em que a Companhia mantém em detrimento das obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos contratados. (Nota 09).

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar decorrentes de transações entre partes relacionadas, incluídos nas rubricas “Partes relacionadas” no não circulante, são registrados em condições específicas entre as partes, sem remuneração ou correção.

A composição dos referidos saldos, são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Ativo			
Contas a receber de clientes			
Consórcio Nova União	-	75.617	113.578
	<u>-</u>	<u>75.617</u>	<u>113.578</u>
Mútuos			
Chica Valadares Energia S.A.	-	157.563	265.730
Consórcio Nova União	-	37.526	-
Japaraíba Energia S.A.	-	-	11.998
GS Holding S.A.	-	-	67.899
GS Solto Engenharia Ltda.	-	-	411.461
Mandaguari Energia S.A.	100.219	-	22.073
Alto Furnas Energia S.A.	-	-	24.430
	<u>100.219</u>	<u>195.089</u>	<u>803.591</u>
Total ativo com partes relacionadas	<u><u>100.219</u></u>	<u><u>270.706</u></u>	<u><u>917.169</u></u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Passivo			
Mútuos			
Mandaguari Energia S.A	-	10.654	-
Alto Furnas Energia S.A	-	12.156	-
GVS Holding	337.753	550.726	-
Consortio GV I	-	3.900	3.900
Japaraíba Energia S.A	19.661	70.845	-
Chica Valadares Energia S.A	376.451	-	-
	<u>733.865</u>	<u>648.281</u>	<u>3.900</u>

As receitas auferidas com o arrendamento das estruturas imobilizadas, são basicamente realizadas com consórcios que possuem consorciados que são partes relacionadas, a relação pode ser assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Consórcio Nova União	989.010	1.273.603	-
	<u>989.010</u>	<u>1.273.603</u>	<u>-</u>

(i) No exercício de 2022 não houve faturamento uma vez que o ativo imobilizado estava em andamento.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos vinculados à partes relacionadas são decorrentes de manutenção nos equipamentos realizados com a Associação de Geração e Operação em Energia, a qual possui associados que são partes relacionadas da Companhia, a relação pode assim ser demonstrada:

Custos	2024	2023
		(reapresentado)
Associação de Geração e Operação em Energia - Agoe	(97.693)	(248.500)
	<u>(97.693)</u>	<u>(248.000)</u>

10. Ativos de direito de uso

Os arrendamentos que a Companhia possui refere-se à locação, direito de uso, dos imóveis nos quais são construídas a instalações para os sistemas de energia elétrica.

	Ativo	Passivo	Resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	239.744	241.559	-
Pagamentos (Principal e juros)	-	(24.004)	-
Depreciações	(2.433)	-	(2.433)
Despesa financeira	-	24.000	24.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	237.311	241.555	21.567
Remensuração	62.748	62.748	-
Pagamentos (Principal e juros)	-	26.074	-
Depreciações	(2.591)	-	(2.591)
Despesa financeira	-	(26.076)	(26.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	297.468	304.301	(28.667)
Remensuração	12.581	12.581	-
Pagamentos (Principal e juros)	-	30.650	-
Depreciações	(3.110)	-	(3.110)
Despesa financeira	-	(30.649)	(30.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>306.939</u>	<u>316.883</u>	<u>(33.759)</u>

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Edificações e obras civis	Máquinas e equipamentos	Reservatórios e barragens	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	7.366.526	4.580.585	943.272	12.890.383
Adições	17.805	-	-	17.805
Depreciação/amortização	(189.395)	(197.584)	(19.556)	(406.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	7.194.936	4.383.001	923.716	12.501.653
Custo total	7.538.960	4.741.924	959.240	13.240.124
Depreciação acumulada	(344.024)	(358.923)	(35.524)	(738.471)
Saldo contábil	7.194.936	4.383.001	923.716	12.501.653
Baixas	(220.670)	-	-	(220.670)
Depreciação/amortização	(181.851)	(197.584)	(19.556)	(398.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.792.415	4.185.417	904.160	11.881.992
Custo total	7.318.290	4.741.924	959.240	13.019.454
Depreciação acumulada	(525.875)	(556.507)	(55.080)	(1.137.462)
Valor contábil	6.792.415	4.185.417	904.160	11.881.992

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e Benfeitorias	25 anos

Foram realizados testes de recuperabilidade e não foram identificadas perdas nos itens do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, conforme a IAS 36 (pronunciamento técnico CPC 01 (R1)).

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
1ª Emissão de Debêntures - Classe única- Série 317	IPCA+9,0856% a.a.	8.454.422	9.451.821	9.575.790
		8.454.422	9.451.821	9.575.790
Circulante		8.454.422	9.451.821	676.944
Não circulante		-	-	8.898.846

Obrigações provenientes da emissão de debêntures e arrendamento relativo a contrato firmado, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Nova União Energia S.A e juros de 9,09% a.a. + IPCA.

A Companhia assinou em 10 de novembro de 2020 o instrumento particular de cessão e aquisição de créditos imobiliários, com as seguintes características:

- (i) Valor da cessão total dos créditos imobiliários, é de R\$ 44.000.000, os quais foram divididos entre as Companhias Mandaguari Energia S.A, Japaraíba Energia S.A, Chica Valadares Energia S.A, Nova União Energia S.A e Alto Furnas Energia S.A. A Nova União assumiu 18,88% da cessão dos créditos imobiliários equivalente a R\$ 8.311.000;
- (ii) Data de Emissão dos CRI é 10 de novembro de 2020;
- (iii) Data de Vencimento dos CRI será 10 de maio de 2030;
- (iv) Os CRI serão objeto de atualização monetária pelo IPCA;
- (v) Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão das SPEs (“Alienação Fiduciária de Ações”), de titularidade da GV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Alienação fiduciária de equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos econômicos e garantia fidejussória.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	<u>9.276.598</u>
Pagamento de principal	(255.127)
Juros apropriados	1.072.902
Juros capitalizados	297.732
Juros pagos	(816.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	<u>9.575.790</u>
Pagamento de principal	(561.775)
Juros apropriados	1.267.403
Juros pagos	(829.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	<u>9.451.821</u>
Pagamento de principal	(1.429.616)
Juros apropriados	1.241.883
Juros pagos	(809.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u><u>8.454.422</u></u>

“Covenants” contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não cumpriu com determinadas obrigações de *covenants* previstas nas escrituras, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,20 no exercício;
- Energia assegurada, após o 6º mês de operação comercial, igual ou superior a 3,80MWm vendida dos projetos; e
- Outros covenants contratuais, não financeiros, os quais não ensejam em vencimento antecipado, como a não disponibilização das demonstrações contábeis auditadas no período de 120 dias após o fim do exercício social.

Por esse motivo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, ainda que o descumprimento não enseje em vencimento antecipado automático, o saldo de empréstimos e financiamentos que estava no não circulante, no montante de R\$ 10.741.558 e R\$ 9.107.091 mil, respectivamente, foram reclassificados em sua totalidade para o passivo circulante.

Até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis não houve cobrança antecipada por parte dos credores.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social, foi totalmente integralizado em 2024 e está vinculado à alienação fiduciária junto ao agente fiduciário Vórtx Distribuidora de Títulos, conforme previsto no contrato relacionado às emissões de certificados realizadas em 10 de novembro de 2020, com vencimento final em 10 de maio de 2030.

Ao final do exercício de 2022, o capital social era de R\$ 3.778.000, representado por 3.778.000 ações ordinárias, avaliadas em R\$ 1,00 cada. Durante o exercício de 2023, foram emitidas 1.952.854 novas ações, também ao valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 1.952.854, durante o exercício de 2024 foram emitidas 1.850.719 novas ações, também ao valor unitário de R\$1,00, totalizando R\$1.850.719. Dessa forma, o exercício de 2024 encerrou-se com um capital social de R\$ 7.581.573, representado por 7.581.573 ações, conforme demonstrado no quadro:

	<u>Quant. ações</u>	<u>Valor ações</u>
Ações Ordinária		
GV Fundo de Investimento em Participações	3.790.787	3.790.787
Ações Preferenciais		
AZ Quest Energia Fundo de investimento	3.691.514	3.691.514
GV Fundo de Investimentos	99.272	99.272
	<u><u>7.581.573</u></u>	<u><u>7.581.573</u></u>

13.2. Prejuízos acumulados

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a companhia apresenta um saldo de prejuízo acumulado no valor de R\$4.377.002 (R\$3.194.038 em 2023), conforme demonstrado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e no Balanço Patrimonial. O prejuízo acumulado representa a soma dos lucros e perdas apurados em exercícios atual e anteriores que não foram compensados até a data do balanço.

Esse saldo é proveniente do desenvolvimento da receita que ainda se encontra desproporcional as despesas financeiras contraídas em exercícios anteriores.

Há uma expectativa da Diretoria da empresa em aumento considerado da receita para os próximos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação não possui diferenças, visto que a Companhia não tem compromissos que possam vir a promover a diluição. O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

	Em Reais (R\$) por ação	
	2024	2023 (reapresentado)
Resultado básico e diluído por ação:	(0,16)	(0,23)
Ações ordinárias	(0,16)	(0,23)
Ações preferenciais	(0,16)	-

14. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia referem-se à locação não residencial (Contrato de locação), bem como locação de equipamentos e operação e manutenção (O&M).

O contrato de locação tem prazo de 12 de novembro de 2020 (“Data de Início da Locação”) e permanecerá válido pelo prazo de 115 meses, ou seja, até 30 de abril de 2030 (“Prazo da Locação”), corrigidos anualmente pelo IPCA, bem como liquidação no mês subsequente ao mês de competência.

O Contrato O&M é flutuante, reconhecido pela soma do montante de energia ativa consumida pela Unidade Consumidora multiplicado pelo valor da tarifa compensada da distribuidora, multiplicando pelo desconto comercial acordado, deduzido dos custos de operação, bem como redução do “Contrato de locação”. Cabe ressaltar, que o referido contrato será cobrado caso o Consórcio (Locatário) obtiver saldo positivo em sua operação superior ao Contrato de Locação.

A reconciliação das receitas brutas com partes relacionadas para a receita líquida de serviços prestados é apresentada como segue:

	2024	2023 (reapresentado)
Receita operacional bruta		
Arrendamento de Usina	1.090.297	1.403.419
	1.090.297	1.403.419
Tributos incidentes sobre serviços		
(-) PIS não cumulativo	(18.051)	(23.156)
(-) COFINS não cumulativo	(83.236)	(106.660)
	(101.287)	(129.816)
	989.010	1.273.603

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos e despesas por natureza

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Custos operacionais		
Peças e materiais	(3.584)	(36.662)
Serviços de operação e manutenção	(145.797)	(147.015)
Serviços de terceiros	(30.665)	-
Depreciação	(398.991)	(406.535)
Crédito PIS/COFINS	35.297	35.631
Seguros	(46.715)	(52.492)
Outros custos	(11.989)	(20.606)
	<u>(602.444)</u>	<u>(627.679)</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Despesas administrativas e gerais		
Serviços de terceiros	(284.430)	(388.641)
Despesas de viagens	(2.095)	(47.285)
Outras despesas administrativas e gerais	(17.900)	(18.395)
	<u>(304.425)</u>	<u>(454.321)</u>

16. Despesas financeiras

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.241.883)	(1.267.403)
Despesas bancárias	-	(151.574)
Outras despesas financeiras	(53.296)	(72.252)
	<u>(1.295.179)</u>	<u>(1.491.229)</u>

17. Imposto de Renda e contribuição social

A Companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no regime de tributação do Lucro Real.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, não havendo, portanto, imposto corrente a ser reconhecido:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Prejuízo fiscal	(1.182.964)	(1.293.358)
Base negativa de CSLL	<u>(1.182.964)</u>	<u>(1.293.358)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entretanto, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos em decorrência da ausência de expectativa comprovada de geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização desses créditos.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

18.2. Categorias de instrumentos financeiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Ativos financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 06)	819	243	285
Contas a receber de clientes (NE nº 07)	-	75.617	113.578
Aplicações financeiras (NE nº 08)	435.757	138.694	-
Créditos com partes relacionadas (NE nº 09)	100.219	195.089	803.591
		<u>2023</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2022</u> <u>(reapresentado)</u>
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	20.337	302.819	404.223
Empréstimos e financiamentos (NE nº 12)	8.454.422	9.451.821	9.575.790
Débitos com partes relacionadas (NE nº 09)	733.865	648.281	3.900

18.3. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia opera com aluguel para poucos clientes o que poderia ampliar o risco de crédito, contudo tais clientes são partes relacionadas, o que minimiza o risco de crédito.

Historicamente os recebimentos acontecem conforme acordo e dentro do próprio mês, como é possível observar a inexistência de contas a receber no balanço, visto que os saldos são recebidos mensalmente.

18.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

18.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, assim como preço dos insumos necessários têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros na Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia tem exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), enquanto os empréstimos e financiamentos a pagar são corrigidos pelo IPCA, conforme contratos firmados.

19. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros para risco de engenharia, garantia de término do projeto e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações que não envolvem caixa

As transações que não envolvem caixa e que não possuem impacto na demonstração do fluxo de caixa, conforme segue:

	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
Ativo			
Remensuração do direito de uso (NE n°10)	12.581	62.748	-
Capitalização de juros de empréstimos (NE n°12)	-	-	297.732
Total de ativos	12.581	62.748	297.732
	2024	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
Passivo			
Circulante e não circulante			
Remensuração contrato de arrendamento (NE n°10)	12.581	62.748	-
	12.581	62.748	-
Patrimônio líquido			
Despesas financeira capitalizadas (NE n°12)	-	-	297.732
	-	-	297.732
Total do passivo e patrimônio líquido	12.581	62.748	297.732

21. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, informamos que, em 12 de fevereiro de 2025, foi realizada a transferência de participação societária entre acionistas, caracterizando um evento subsequente à data de encerramento do exercício social.

Na referida data, o acionista GV Fundo de Investimentos transferiu:

99.272 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada;

246.104 ações ordinárias, também com valor nominal de R\$ 1,00 cada,

Para o acionista AZ Quest Energia Fundo de Investimentos.

NOVA UNIÃO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A transação altera a composição acionária da Companhia, mas não impacta diretamente os saldos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2024. Contudo, trata-se de informação relevante para fins de divulgação.

Gilson Souza Souto Junior
Diretor

Angelica Freire de Oliveira
Contadora